



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Gabinete da Presidência

**INSTRUÇÃO NORMATIVA GP N. 151, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025**

Altera a [Instrução Normativa GP n. 129, de 10 de maio de 2024](#), que regulamenta o acesso às vagas de desembargador no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, para alcance da paridade de gênero nos termos do art. 1º-A da [Resolução GP n. 106, de 6 de abril de 2010](#), do Conselho Nacional de Justiça.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Justiça no julgamento da [Consulta n. 0005141-53.2025.2.00.0000](#), que atuou de ofício para propor a alteração na [Resolução n. 106, de 6 de abril de 2010](#), do mesmo Conselho, para sanar dúvidas interpretativas acerca da política afirmativa de gênero no acesso aos tribunais de segundo grau de jurisdição;

CONSIDERANDO a [Resolução n. 638, de 22 de setembro de 2025](#), do Conselho Nacional de Justiça, que altera a [Resolução CNJ n. 106/2010](#); e

CONSIDERANDO o art. 1º-B da [Resolução CNJ n. 106/2010](#), que dispõe sobre a base de cálculo e a natureza da política de ação afirmativa de gênero no acesso aos tribunais de segundo grau de jurisdição,

RESOLVE:

Art. 1º A [Instrução Normativa GP n. 129, de 10 de maio de 2024](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

*§ 1º Para o cálculo da proporção mínima por gênero a que se refere o **caput** deste artigo, não serão computadas as vagas destinadas ao quinto constitucional.*

*§ 2º O sistema de abertura alternada de editais será aplicado compulsoriamente sempre que o percentual de magistradas no Tribunal for inferior a 40% (quarenta por cento) da totalidade dos cargos de desembargador, excluídas as vagas destinadas ao quinto constitucional.*

*§ 3º A aplicação das regras previstas nesta Instrução Normativa será suspensa quando o percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) da participação feminina for atingido ou ultrapassado, cabendo à Administração do Tribunal retomá-la compulsoriamente caso o percentual volte a ser inferior a esse patamar, em razão de vacância ou de outra causa que altere a composição do Tribunal." (NR)*

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**DENISE ALVES HORTA**  
Desembargadora Presidente